



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input checked="" type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Dinâmicas do processo projetual: cidade e paisagem em debate

Design process dynamics: city and landscape in debate

Dinamicas del processo projectual: ciudad y paisage en debate

MAYA-MONTEIRO, Patricia (1);

COLCHETE FILHO, Antonio (2)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ – PROURB, Rio de Janeiro, MG, Brasil; e-mail: pmmayam@gmail.com

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF – PROAC, Juiz de Fora, MG, Brasil; e-mail: arqfilho@globo.com



Dinâmicas do processo projetual: cidade e paisagem em debate

Design process dynamics: city and landscape in debate

Dinamicas del proceso projectual: ciudad y paisaje en debate

RESUMO

O objetivo desse artigo é estruturar uma análise de diferentes projetos de intervenção urbana onde cidade e paisagem se articulam emblematicamente. Através da seleção de alguns projetos recentemente realizados no Brasil, tanto no âmbito da ação do poder público, do mercado imobiliário, ou por meio de concursos públicos, destacamos determinadas problemáticas de projeto para a reflexão sobre aspectos conceituais e práticos do viver nas cidades e do intervir na paisagem contemporaneamente. Baseados em uma revisão da literatura sobre projetos urbanos e sobre três projetos exemplares, sugerimos uma matriz analítica que problematize questões relevantes para o projeto urbano e da paisagem. Verificamos que, apesar da presença de argumentos solidificados no debate urbano, muitos projetos adotam estratégias projetuais ultrapassadas, cujos pressupostos e resultados nas cidades já foram intensivamente criticados. Concluímos que, no longo processo de redemocratização política brasileira, os espaços urbanos são a evidência mais forte de que nas decisões sobre as intervenções na cidade tem prevalecido a força de agentes privados mais poderosos do que a perícia de qualquer corpo técnico ou as aspirações e desejos da população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Urbano. Paisagem. Espaços públicos. Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to structure an analysis of different urban interventions which articulate city and landscape in an emblematic way. For this, some recent projects in Brazil were selected, developed by actions carried out by public authorities, the private sector, or either by public design competitions. We highlight certain issues of contemporary projects for a reflection on the conceptual and practical aspects of living in cities and intervening in urban landscapes. Based on a review of the literature on urban projects, and also on a review on three exemplary projects, we suggest an analytical matrix to discuss relevant issues about Urban Projects. We realized that, despite the existence of arguments solidified in the urban discussions, many projects adopt already outdated strategies, which have already been very criticized by its concepts and results for the cities. We concluded that, in the long process of Brazilian political re-democratization, urban spaces are the strongest evidence that, in the decisions about interventions in the city, the strength of powerful private actors has prevailed over technical expertise and over the aspirations and desires of city inhabitants.

KEYWORDS: Urban Project. Landscape. Public spaces. Brazil.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo consiste en estructurar un análisis de los diferentes proyectos de intervención urbana donde la ciudad y el paisaje se articulan simbólicamente. Mediante la selección de algunos de los proyectos realizados recientemente en Brasil, tanto en la acción de las autoridades públicas, el mercado de la vivienda y/o promovidas por la contratación pública, que ponen para la reflexión sobre los aspectos conceptuales y prácticos de la vida en las ciudades y intervenir en el paisaje hoy. Basado en una revisión de la literatura sobre los proyectos urbanos, y una revisión de tres proyectos ejemplares difundidos en los medios de comunicación, le sugerimos una matriz de análisis que examina los proyectos elegidos para



este artículo. Hemos encontrado que, incluso con argumentos solidificados en el debate urbano, muchos proyectos utilizan estrategias ya obsoletas donde los resultados no siempre son satisfactorios para el espacio público y el paisaje. Llegamos a la conclusión de que, en el largo proceso de redemocratización política brasileña, los espacios urbanos son la evidencia más fuerte de que las decisiones acerca de las intervenciones en la ciudad son a cargo de los actores sociales más poderosos que la experiencia de cualquier cuerpo técnico o de las aspiraciones y deseos de la vigente población general.

PALABRAS-CLAVE Proyecto Urbanos. Paisagem. Espacios públicos. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A valorização da paisagem é argumento mais do que nunca reiterado pelos projetos urbanos contemporâneos. Seja como um conceito que remete à natureza original, quase sinônimo de qualidade estética urbana, seja como estratégia projetual ou como um conjunto de dinâmicas que atentam para a cidade e a paisagem como temas, cenários e também arenas para o debate (ASCHER, 2010). A paisagem tanto se refere a qualidades estéticas urbanas e ambientais, quanto a cenários que ampliam múltiplas representações *in situ* e *in visu* da cultura local e global e para as questões dos sistemas ambientais urbanos. Portanto, conduz a uma estratégia projetual que busca responder às múltiplas dinâmicas sociais e culturais do habitat e da vida urbana de uma cidade.

Além disto, o escopo do projeto urbano e da paisagem é amplo e inclui objetivos de naturezas, escalas e dimensões diversas. Gradativamente, este busca novas possibilidades de gestão, de participação e inclusão social - e processos e produtos que resultem em uma maior sustentabilidade urbana. Consideramos que aprofundar a compreensão da paisagem é uma ação crucial para o incremento dos processos de projeto na escala urbana, enfatizando aspectos da natureza e cultura congregados na paisagem: a cultura como um aspecto inserido no habitat e nas representações presentes no espaço, e a natureza como o que recebe e o que é criado pelas intervenções (BERQUE, 1995).

Este trabalho contrasta a idéia da paisagem, tal como as teorias urbanas e paisagísticas a descobrem, com as diversas representações desta contidas em projetos para as paisagens da cidade. Através de três projetos exemplarmente selecionados, nos interessa buscar as visões da paisagem presentes nos discursos de agentes sociais diversos. Ou seja, investigamos como as teorias se incorporam às práticas projetuais, desenvolvendo breves críticas de projeto focadas nas questões relativas à paisagem.

O objetivo desse ensaio é recuperar da literatura e das *media* considerações sobre projetos urbanos (e da paisagem) hoje, com destaque para o contexto brasileiro e carioca, e identificar algumas das questões prementes à sua elaboração e construção, na relação entre teorias e práticas, entre crítica acadêmica e campo profissional, entre o mercado e as políticas públicas.

Esta se constitui em tarefa crítica complexa, em grande parte extensivamente percorrida por antologias teóricas (CORNER, 1999; NESBIT, 2006; PINHEIRO MACHADO, 2009; PORTAS, 1998) e pesquisas acadêmicas, sendo tema de dissertações e teses. Porém, o trabalho encerra dois objetivos específicos. Por um lado, sistematizar critérios de análise a partir do conceito de paisagem, e por outro, buscar compreender o projeto através da sua própria lógica projetual. Ou seja, em uma estratégia contemporânea, como o projeto é reconhecido como fenômeno,



buscamos no lugar do projeto - suas demandas, autores, contexto - e através das lógicas preconizadas - destacar pontos para uma análise crítica. Procuramos enfatizar os aspectos inovadores contidos no desenho, na estrutura espacial e nas práticas sociais difundidas, para pensarmos a inserção dos projetos analisados dentro do campo de estudos e também dentro da escala de valores e significados que assumem para a cidade e o contexto particular vigente.

Esta aplicação de critérios de análise de projeto se situa em uma pesquisa sobre metodologia de pesquisa em projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, e em pesquisa sobre as referências de projeto urbano após 1980, em especial, no Brasil (COLCHETE FILHO & CARDOSO, 2010), em uma parceria entre dois grupos de pesquisa das Universidades Federais de Juiz de Fora e do Rio de Janeiro.

Os exemplos foram selecionados dentre aqueles que apresentam tanto padrões usuais, generalidades ou mesmo vícios projetuais quanto àqueles que encerram especificidades, excepcionalidades e inovações criativas. Os projetos analisados foram desenvolvidos no âmbito do poder público, do mercado imobiliário e de concursos públicos. Em cada um destes âmbitos, há problemáticas específicas que merecem ser destacadas. São investigadas as questões dos discursos que apresentam as soluções projetuais, e aqueles contidos na memória e/ou desejo do projeto. Estes discursos constituem parte significativa do processo projetual. Apontamos também para o papel da inserção do projeto, pela conexão necessária entre a compreensão do lugar e a qualidade urbana e paisagística.

Vistos em conjunto, os projetos analisados ganham força crítica que amplia o debate sobre essa prática nesse momento da contemporaneidade brasileira onde, cidade e paisagem adquirem novos e desafiadores significados para a prática das intervenções urbanas.

2. MARCOS TEÓRICOS E CONSTRUÇÃO DO PROJETO URBANO

O PROJETO URBANO- ORIGENS

Partimos da premissa que “projeto urbano” é um conceito e modo de intervenção na cidade que vem se construindo a partir de discussões e iniciativas contínuas há mais de meio século. Portas (1998) aponta que o termo surge nos anos 1960 para denominar o surgimento de intervenções na cidade de grandes dimensões feitas por arquitetos, estabelecendo críticas ao planejamento urbano. Mas foi nos anos 1970 que a ideia se consolidou, com a emergência de diversos projetos cuja iniciativa partiu da gestão urbana municipal, ligada muitas vezes a iniciativas de participação pública e/ou comunitária, em demandas de bairros e vizinhanças, especialmente na França e nos Estados Unidos.

O projeto urbano buscou fazer contraponto a escala decisória e *modus operandi* do planejamento, das decisões centralizadas e burocratizadas que induziram a soluções estandardizadas, a uma fragmentação urbana e a uma desconexão com os lugares. Dentre os inúmeros recortes espaciais e temáticos, os projetos urbanos se configuram por diversos modos, como revitalização de áreas centrais, requalificação de áreas portuárias, melhorias nos espaços livres públicos, projetos de inserção de novas conexões urbanas, etc. Em contraponto ao plano, o projeto urbano buscava soluções contextualizadas, localizadas e situadas na história.

Um exemplo paradigmático de como se consolidou a ideia de projeto urbano é o Plano de Barcelona para as Olimpíadas, em 1992. Ali, desde anos 1980, a gestão municipal elaborava um grande plano-projeto para a cidade, que incluía a recuperação e realização de diversos equipamentos e espaços livres públicos, e que deveria ser construído dialogicamente com as intervenções a serem continuadas mesmo após a realização dos jogos. A cidade agregou diversos projetos, urbanos, arquitetônicos e paisagísticos, localizados estrategicamente para a realização do evento e que constituíram um legado favorável para a cidade. O exemplo de Barcelona influenciou fortemente outros projetos urbanos em muitos lugares, como na cidade do Rio de Janeiro, quando a prefeitura contratou empresa catalã para elaboração de plano estratégico, nos anos 1990.

O PROJETO URBANO E DA PAISAGEM- POSSIBILIDADES

Para além de grandes eventos e de estratégias de inserção global das cidades como um mote para os projetos urbanos, as conjunturas sociais e ambientais atuais colocam outros desafios, onde uma consciência mais informada das questões ambientais tem emergido com veemência. É neste contexto que uma idéia de paisagem pode contribuir na reconfiguração da noção de projeto urbano, e das suas possibilidades de implementação. Como Waldheim (2006, p.15) argumenta, “a paisagem é uma lente através da qual a cidade contemporânea é representada e um medium através da qual ela é construída”.

Reconhecemos esta estratégia em projetos de diferentes escalas, cuja abordagem agrega soluções pontuais e localizadas, mas considerando o contexto da cidade e do território, as representações da natureza e da cultura, e os processos de participação.

O reconhecimento dessa completude está presente em alguns dos recentes exemplos de grandes projetos urbanos, como notadamente o *Grand Paris*, concurso internacional de projetos lançado pelo governo francês em 2008 que visava um diagnóstico prospectivo para um plano de regeneração urbana para a metrópole. As dez equipes selecionadas desenvolveram projetos compreensivos para a Grande Paris que, entre outros aspectos, visaram melhorar a mobilidade urbana, aumentar a densidade urbana, melhorar a oferta de habitação e multiplicar espaços públicos e áreas verdes.

Neste grande e abrangente projeto, diversas temáticas se conjugam, os planos partem de projetos, e é interessante notarmos as interações disciplinares e coesão entre os planos, projetos e estratégias e também os modos da participação popular através de consulta pública (SOMEKH, 2010).

IMPLEMENTAÇÃO

Intervir no espaço coletivo e, agora, cada vez mais urbano, não é novidade, pois as cidades sempre procuraram organizar seu território e seus espaços de domínio comum e/ou público. O projeto urbano ganhou força adicional face às novas demandas típicas de espaços adensados, fosse pela necessidade de reconstrução de cidades no pós-guerra, pelas novas demandas de transporte, de crescimento da mancha urbana ou por motivações culturais (ULTRAMARI, 2009, p.5 apud POWELL, 2000).

Portanto, devem-se notar as relações que estão implícitas nos projetos urbanos, como as de ordem econômica, política e de gestão do espaço público (federal, estadual, municipal) – que evocam a redefinição do papel do Estado em cada intervenção e a real capacidade de transformação de uma realidade, seja ela fundiária, simbólica, urbanística, etc. (OLIVEIRA & LIMA JÚNIOR, 2009).

A ideia de projeto urbano, porém, na sua implementação, veio a agregar críticas recorrentes. Primeiro, porque muitos de seus resultados são vistos com reservas, à medida que não escapam da homogeneização projetual, aplicam soluções independentes do contexto, desconsideram identidades locais, e sua efetivação surge à reboque da especulação do solo urbano e de estratégias de promoção do mercado imobiliário, conduzindo a uma gentrificação de áreas urbanas.

E ainda, muitas vezes, os maiores problemas decorrem do próprio modo de operacionalização da proposta, notadamente dos desequilíbrios da participação do capital privado na formação de parcerias com o poder público. Os objetivos do projeto urbano passam, nesses casos, a serem regidos pelas lógicas financeiras.

As críticas se voltam, então, ao tratamento das cidades como mercadorias, produtos para consumo estético (SÁNCHEZ, 2007; COMPANS, 2005), com a participação ativa das municipalidades a partir dos anos 1990, baseadas em premissas de um “planejamento estratégico”, que envolve o capital privado (ROLNIK & SOMECK, 2000), mas que a este cabem mais os lucros, e ao poder público, os riscos (GADENS et al., 2012). Ferreira dos Santos (1985, p.49-55) já atentava sobre a lógica de atuação de diferentes “jogadores” que atuam no desenvolvimento da cidade, mas com a possibilidade de um agente mais forte dominar o “jogo”. O termo “agente” (AKOUN & ANSARD, 1999, p.3 e 14) já se refere “aquele que tem a função de agir por outro”. Na ausência de práticas mais democráticas que assegurem que as diferentes vozes serão incorporadas às ações sobre a cidade, a tônica do projeto urbano que ainda parece prevalecer é a de que os problemas decorrentes da própria ação de projeto são mais graves do que as soluções a que este se propunha inicialmente.

3. MATRIZ ANALÍTICA

A matriz analítica proposta identifica o tempo e o espaço onde os projetos analisados se inserem, e busca compreender as causas e efeitos da sua implementação. A origem do projeto já aponta para os modos de condução da intervenção, podendo indicar o grau de participação dos diversos agentes no processo projetual. A adesão pública às ideias do projeto, os consensos e dissensos advêm dos conceitos projetuais presentes neste início, que pode ser dado por demandas da população, por concurso público, iniciativa estatal, etc.

Reconhecer os tempos desse processo implica em perceber as etapas da criação, elaboração e construção do projeto no tempo. Além disto, o tempo do projeto está nos aspectos sincrônicos do momento das cidades, vistas local e globalmente, dos eventos, da economia e do conteúdo social, bem como, do contexto político, do momento teórico dos estudos urbanos, da arquitetura e da paisagem. Cada projeto se inscreve na duração das ideias de um tempo. Reconhecer os espaços não é, apenas, identificar o território, o sítio, o contexto ou os usos do solo, entre outros aspectos objetivos; mas buscar valores, significados e conteúdos em cada forma espacial, em cada lugar. Logo, reconhecer tempos e espaços inclui identificar as filiações do projeto, as similitudes com outros projetos no próprio lugar ou em outros contextos. Antes de tudo, deve-se notar, sincronica e diacronicamente, as rupturas e continuidades que as ideias do projeto estabelecem com outros tempos e outros espaços.

A partir destas discussões, investigamos as causas e efeitos da construção do projeto: (1) em um primeiro momento, as causas do projeto, ou *inputs*, o que inclui as razões, os interesses, objetivos, justificativas e demandas para o surgimento, criação e elaboração do processo que

leva ao projeto urbano; e (2) até onde é possível, identificar os efeitos do projeto, ou *outputs*, os resultados espaciais e sociais, os resultados diretos, projetados ou imprevistos, identificados no presente ou através de impactos usuais e já previsíveis.

Analisamos, também, destacadamente, o grau de ação e/ou participação de variados agentes sociais nas causas e efeitos do projeto: o poder público; os arquitetos e projetistas; o capital privado; a população da cidade em geral; os moradores afetados diretamente e a mídia, através de notícias veiculadas em diferentes meios de comunicação. Dessa forma, objetivamos compreender como a temática urbana e as preexistências emergem dentro do contexto particular do projeto, e como estas se modificam a partir do plano, projeto ou intervenção. Logo, o quanto essas questões são mantidas, modificadas, implementadas ou suprimidas, e o quanto suscitam novas questões.

A matriz, resumida em um quadro analítico abaixo, foi considerada como roteiro para a elaboração dos textos que apresentam os projetos urbanos investigados e para organizar as muitas informações dispersas em reportagens e postagens de redes sociais.

PROJETO URBANO			
Temática central			
Origens do processo			
Tempos do processo			
Espaços do processo			
CAUSAS-INPUTS		EFEITOS- OUTPUTS	
AGENTES NO PROCESSO PROJETUAL	ACÇÃO	AGENTES NA NOVA SITUAÇÃO URBANA	ACÇÃO
Poder Público		Poder Público	
Arquitetos e projetistas		Arquitetos e projetistas	
Capital privado		Capital privado	
População em geral		População em geral	
Moradores		Moradores	
Meios de comunicação		Meios de comunicação	
TEMÁTICAS URBANAS PREEXISTENTES	TEMÁTICAS-PARTICULARIDADES PREEXISTENTES	TEMÁTICAS URBANAS NO NOVO CONTEXTO	TEMÁTICAS-PARTICULARIDADES NO NOVO CONTEXTO
Dinâmicas urbanas		Dinâmicas urbanas	
Resiliência urbana		Resiliência urbana	
Infraestruturas		Infraestruturas	
Habitação		Habitação	
Espaço público		Espaço público	
Patrimônio		Patrimônio	
Paisagem-cenário		Paisagem-cenário	
Cultura urbana		Cultura urbana	
Economia local		Economia local	
Segregação sócio-espacial		Segregação sócio-espacial	
Outros		Outros	

4. TRÊS PROJETOS URBANOS E DA PAISAGEM

Para a reflexão, apresentamos aqui três projetos situados na cidade do Rio de Janeiro, que julgamos emblemáticos para uma síntese dos pressupostos do projeto urbano e da paisagem

hoje. De escalas e escopos bem diversos, resumimos aqui a aplicação da matriz de análise proposta, sintetizando e destacando as relações de causa-efeito das intervenções.

PRAÇA NELSON MANDELA

O primeiro destes é a Praça Nelson Mandela, em Botafogo, na Zona Sul da cidade, recentemente construída. Exemplo de pequena escala, que sintetiza como as lógicas dominantes intervêm e constroem a cidade. Como em muitas outras áreas que foram recortadas pela construção do metrô carioca nos anos 1980, os espaços remanescentes não receberam projetos. A exceção do Largo da Carioca, feito por Burle Marx, não foram criados novos espaços significativos para a cidade.

A praça faz parte de um conjunto de áreas que permaneceram fechadas por quase 30 anos para operações do Metrô. Todas as áreas eram de propriedade e destinação pública. Houve muita demanda para a criação desta praça. Porém, antes mesmo dela ser realizada, suprimindo parte do que seria a sua área, houve a construção de uma Unidade de Pronto-atendimento (UPA), desarticulando possíveis percursos e conexões visuais. Além disso, sua construção fez parte de uma série de negociações entre o poder público e as empresas privadas de construção civil: a praça foi “doada” por empresas que simultaneamente obtiveram áreas públicas adjacentes, transformadas em terrenos para empreendimentos imobiliários. Em uma dessas, uma quadra de esportes pública do bairro foi substituída por edifício residencial.

Quanto ao projeto da praça em si, nesse transparece a desconsideração do espaço público como um sistema. Não há uma integração formal ou espacial com o entorno imediato. Assim, o cercamento da praça e a paginação do piso não contribuem positivamente para melhorias nos intensos percursos de pedestres. Com poucas árvores e escolhas de matérias equivocadas, há o reforço dessa desconexão que apontamos.

As repercussões na mídia mostram o papel secundário das esferas públicas na construção do espaço. Não houve participação efetiva nem dos moradores, nem de concurso público de arquitetos ou mesmo debate público. Burocraticamente, a praça foi projetada por instâncias municipais, e implementada sem discussões. A Associação de Moradores havia anteriormente questionado a localização do equipamento de saúde; e tentou de modos diversos conseguir a efetivação do projeto, inclusive, convocando contribuições voluntárias de arquitetos para, a partir dessas, poder defender o projeto. E por fim, parece ter se rendido ao que foi possível e disponível para a cidade. Em suma, uma praça com baixa qualidade construtiva, relativamente árida e formalista, cujo uso é sustentado pela inclusão aleatória de mobiliário urbano específico para idosos. A praça final não alcança as representações do espaço social imaginadas e descritas pelos moradores e arquitetos envolvidos na discussão do projeto.

Apesar dos efeitos negativos visíveis, em um bairro denso e carente de espaços públicos e de lazer acessíveis, há uma intensa apropriação pelos moradores e usuários da região, que é um ponto nodal do bairro. Não por acaso, porém, há um elevado grau de deterioração das superfícies e equipamentos, sem manutenção ou consertos de rotina – como no caso da grade que fecha a praça. O que a imprensa recentemente citou como ato de vandalismo talvez seja indício, apenas, da qualidade construtiva deficiente e uma manifestação concreta da esfera pública antes suprimida, visto que muito bons exemplos de praças no Rio não são usualmente cercados.



CONJUNTO HABITACIONAL ZÉ KETI E ISMAEL SILVA

O segundo exemplo é o Conjunto habitacional Zé Ketí e Ismael Silva, iniciado em 2010 e entregue agora em 2014, construído no local onde havia o antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca, por meio do Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV). Situado em área próxima ao Centro da cidade e a conexões viárias relevantes, o conjunto de 998 unidades habitacionais está distribuído em edifícios de cinco pavimentos.

O conjunto foi construído em um espaço emblemático da cidade. Ali, Dom Pedro II, em 1850, instalou o Complexo Penitenciário. Lugar da memória de presos políticos como o escritor Graciliano Ramos e o líder comunista Luiz Carlos Prestes, a demolição apagou estes espaços históricos. Note-se que os espaços “negativos” da história, por isto mesmo, não precisam ser totalmente apagados, mas, sim, ressignificados.

Do ponto de vista da arquitetura, uma ressignificação de lugares carregados de histórias de opressão e pobreza demandaria mais atenção ainda com a qualidade projetual. Porém, no conjunto edificado, burocraticamente projetado e padronizado, a baixa qualidade construtiva e de espaços públicos e/ou semi-públicos mostra o contrário. Este projeto se filia a uma tipologia urbana e arquitetônica superada, exaustivamente combatida há mais de 50 anos.

Embora a crítica acadêmica à operacionalização e aos resultados construtivos do PMCMV seja extensa, as repercussões específicas desse conjunto ainda são escassas. Não encontramos trabalhos acadêmicos específicos ou registros significativos na mídia para além das notícias que evocam as boas novas das moradias ofertadas, embora grupos de discussão nas redes sociais apontem a notável baixa qualidade dos novos edifícios. Nota-se aqui o notório enfraquecimento das relações urbanas e da paisagem, já dando pistas de que será, em pouco tempo, mais um enclave urbano, desarticulado do contexto.

Mais do que em outros lugares, as oportunidades de projeto foram desperdiçadas nesse caso. Certamente poderia ter havido alguma revitalização dentre os inúmeros e sólidos edifícios, ou a manutenção de alguns traços da história do lugar. Em verdade, o conjunto não foi entendido como um projeto urbano, embora pese as dimensões da área com 6,6 hectares, as relevantes preexistências, a sua inserção junto ao Centro, as conexões visuais com as favelas na encosta, o sistema viário estrutural da cidade, entre outros aspectos. Dito isso, um projeto urbano e da paisagem responsável poderia inversamente demonstrar a resiliência da cidade e do habitat humano, e as possibilidades contemporâneas da arquitetura em consonância com seu tempo.

OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA

Por último, então, investigamos a “Operação Urbana Porto Maravilha”, um projeto de “regeneração” da área portuária, iniciado em 2009 com a criação de uma “Operação Urbana Consorciada”, o que foi tornado possível com a Lei Municipal nº 101/2009. Neste processo, uma empresa de economia mista passa a assumir não apenas as obras e a administração financeira destas, mas, também, assume os serviços públicos da área, que tem 500 hectares, fica no Centro da cidade, é composta por galpões e armazéns industriais ligados ao Porto, por bairros tradicionais e antigos da cidade que são compostos por edifícios e casas de baixo gabarito e por favelas nas encostas. As transformações propostas são drásticas. Aqui registramos, em resumo, algumas das causas e efeitos desse processo.

Cabe destacar que a área já vinha sendo objeto de estudos urbanos e propostas de aproveitamento para as demandas de recuperação dada sua relevância histórica e por seu potencial urbano para a cidade. Porém, as melhorias das condições locais parecem ser

motivações adjacentes, diante da reconfiguração proposta pelas operações. A motivação central para o Projeto Porto Maravilha é a revitalização econômica da cidade, transcrita na “regeneração” da área portuária em uma nova imagem da paisagem: espaços livres públicos excessivamente amplos a beira mar, edifícios de grande altura, e marcos “culturais” destacados em edifícios icônicos. A lógica projetual é a das representações de uma cidade globalmente inserida, visível para os turistas que aportam de navio. Para esse objetivo, se insere a cidade-empresa, com a suposta “eficiência” que adviria da retirada do Estado na operação urbana consorciada e da gestão privada dos espaços criados.

Isso se dá, antes de tudo, pela mudança de uso e o aumento do potencial construtivo dos terrenos, tornado-se permitida a construção de edifícios de até 50 andares em alguns trechos, e 20 a 30 andares em outros. Para tanto, é necessário que haja uma contribuição para o uso do novo potencial construtivo, os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs). Outro aspecto central é a demolição do viaduto da perimetral, um elevado rodoviário junto aos galpões portuários, substituídos, ali, por vias subterrâneas e por outras obras em vias mais internas do bairro. As transformações viárias se associam também à intensiva implantação de novas infraestruturas urbanas. Um terceiro aspecto da proposta é a inserção de equipamentos culturais grandiosos, dois museus, junto ao Porto. E outro aspecto que está ligado a essa Operação é o modo de urbanização da favela do Morro da Providência, onde houve uma inserção de teleférico e a remoção de 164 moradias.

Além das questões controversas do projeto, algo que merece destaque é a baixa participação das esferas públicas no processo projetual. A repercussão das transformações, porém, foi enorme. As referências bibliográficas e icnográficas são extensas. Por conseguinte, houve um grande número de críticas e mobilizações contra muitos aspectos do projeto. Resumimos alguns, registrados nos diversos meios de comunicação e nas discussões acadêmicas:

- a verticalização excessiva, com a concentração de novos edifícios monofuncionais sem relações propostas com a rua;
- os efeitos da exclusão do viaduto no trânsito de toda a cidade, os custos e benefícios dessa demolição, e a história “quase ficcional” do roubo de algumas das vigas de aço cortem pesando toneladas;
- a ausência de proposta habitacional consistente, principalmente para as classes de menor renda,
- a gentrificação sem aplicação de instrumentos de proteção aos moradores;
- a privatização dos espaços da cidade;
- As remoções autoritárias de moradores e de supressão de praça existente, além da inserção do discutível teleférico;
- A ausência dos moradores nas esferas decisórias.

A obra, em andamento, já vem contribuindo para um processo de gentrificação em toda a área, nas partes mais baixas e nas encostas, nas favelas e nos trechos de bairro tradicionais. Como no Porto Maravilha houve uma privatização dos espaços e serviços públicos de maneira radical, parte dos reflexos ainda estão por vir com a conclusão das obras.

As riquezas dos processos históricos e da memória da área são simbolicamente negligenciadas com a construção de dois museus, com projetos efetuados sem processo de concurso. Um

deles encomendado ao arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Em troca de uma suposta inserção global, é reiterada uma desconexão com o contexto cultural do bairro, da cultura arquitetônica e artística local, da cultura da cidade como um todo.

Os efeitos para a paisagem são drásticos: à demolição do viaduto que, segundo a proposta, abriria as vistas ao mar, se soma o fato de que em grande parte da frente marítima os gabaritos possíveis dos edifícios podem segregar o tecido urbano historicamente relevante. O espaço reorganizado de maneira produtivista fecha as vistas para os morros com os edifícios a serem introduzidos, e reconfigura o *skyline* da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a convicção de que a cidade é hoje o lugar majoritário da experiência humana, verificamos que as demandas por intervenções nesse complexo universo envolvem um contínuo embate, pela luta de forças entre agentes sociais que fazem do território uma arena com diferentes sentidos percebidos e, conseqüentemente, diferentes intenções praticadas. Para todos, em geral, é o cenário da nossa vivência, para alguns poucos mais empoderados, uma oportunidade de investimento, de multiplicação financeira.

O Rio de Janeiro nos últimos anos tem se configurado como um grande laboratório de projetos urbanos. Desde o início da década de 2010, através de política do governo federal, uma série de investimentos foi lançada para as cidades por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O Rio de Janeiro que sediou jogos da Copa do Mundo de Futebol e será a sede dos Jogos Olímpicos de 2016 recebeu intervenções de grande porte como há muito tempo não se via. Estes e outros projetos que temos pesquisado na cidade se devem a esta conjuntura, e reforçam a centralidade da cidade no este contexto nacional.

O que é notável é o alto nível de dissensos em relação às soluções apresentadas pelos projetos urbanos e pela condução dos processos de intervenção. Estes estiveram presentes em algumas das manifestações das ruas que ocorreram nos últimos dois anos, notadamente contra os projetos e processos relativos ao Estádio do Maracanã e entorno e relativos à área Portuária. Mas a falta de esferas públicas de diversas naturezas, e a falta de concursos públicos para escolhas dos projetos são marcantes. Estes são projetos sem autores destacados, e sem, por outro lado, da participação pública, comunicados por discursos e representações virtuais primários, que denotam o quanto os saberes estão subordinados aos poderes.

Os três projetos destacados repercutem soluções extensivamente criticadas, e que por mais que ainda sejam executadas no Brasil e no mundo, são notadamente reconhecidas como ultrapassadas e geradoras de efeitos urbanos negativos.

No caso da Praça Nelson Mandela não houve um necessário projeto urbano, mas um projeto paisagístico ultrapassado, na medida em que responde às lógicas disciplinares e setoriais fragmentadas de construção das cidades. No caso do Conjunto Habitacional que substituiu o presídio Frei Caneca, não houve também um projeto urbano, e as soluções burocratizadas remetem às políticas habitacionais passadas, agravadas pelas desconsiderações às preexistências – físicas, históricas e simbólicas.

No caso da Operação Urbana Porto Maravilha, os desdobramentos ecoam as problemáticas em que projetos de regeneração portuária feitos segundo esse modelo podem implicar: insucesso ou sucesso bastante relativo. E qualquer sucesso dependerá de esforços continuados, de



múltiplas e sucessivas adaptações aos seus grandes impactos, bem como, de uma situação econômica e financeira muito favorável na cidade e no país. Ou seja, o projeto definitivamente não incorporou a complexidade da cidade, do lugar, e da paisagem.

Devido à falta de ineditismo dos nos três projetos é possível antever alguns dos desdobramentos possíveis e dos efeitos urbanos destas intervenções, nada promissores. A falta de esferas públicas na sua construção e o papel discutível do capital privado que as possibilitou tornam estas iniciativas em mais um episódio da luta pelo direito à cidade.

No momento presente das cidades brasileiras, diversas intervenções urbanas aprofundam a fragmentação das áreas urbanas mais vulneráveis, privilegiam soluções de grande impacto físico e social, com ações muitas vezes descontextualizadas e dominadas por direcionamentos do capital privado. Nesse contexto, os primeiros efeitos e repercussões dos três projetos estudados reforçam para nós a relevância das questões pertinentes à construção da cidade, demonstrando a necessidade de uma visão abrangente do projeto urbano.

Para tanto, porém, consideramos que é crucial repensarmos os significados substanciais da natureza e da cultura para as cidades. Ao se reconhecer que não existe um projeto da paisagem, que ela vem sendo tratada como resultado de intervenções desconexas, podemos avançar para a realização de projetos urbanos mais democráticos, já que a paisagem, diferentemente do solo urbano, pertence a toda coletividade. E falar de paisagem, no caso específico do Rio de Janeiro, é falar de um conjunto de atributos reconhecidos mundialmente.

O emprego do termo paisagem conjugadamente com a noção de projeto urbano aprofunda a compreensão da paisagem, entendida como natureza e cultura. Sobretudo, a paisagem é um todo indivisível em partes, que corrobora a compreensão de que o espaço urbano não deve ser tido como um fragmento a ser montado como se fosse uma lógica de colagem de espaços e, sim, de que a cidade é uma totalidade indissociável.

Diante dos desafios ambientais e sociais percebidos na atual conjuntura, a eficiência das cidades depende de uma integração de fragmentos urbanos acentuadamente desconectados, de diferentes tempos e de diferentes ações ao longo da história, mas esses são também a matéria prima de responsabilidade do projeto urbano e da paisagem, na sua compreensão mais ampla e plena. Como a cidade, projeto e paisagem também são complexamente interdependentes.

REFERÊNCIAS

AKOUN, A. & ANSARD, P. (eds.). *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Éditions du Seuil, Dictionnaires Le Robert / Seuil, 1999.

ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.

BENACH, N. Tres aproximacions l' espai públic barceloní. In: TELLO, R. (coord.). *Espais públics: Mirades Multidisciplinàries*. Barcelona: Pòrtic, 2002, p. 77-93.

BERQUE, A. *Les raisons du paysage*. Paris: Éditions Chazzan, 1995.

COLCHETE FILHO, A. & CARDOSO, C. Projetos de intervenção urbana na escala paisagística: a organização do espaço livre público 1980-2005. In: *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v.10, n.1-2, 2010, p.131-142. Disponível em:



<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/Colchete.2010>. Acesso em: 5/5/2014.

COMPANS, R. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CORNER, J. Introduction: Recovering Landscape as a Critical Cultural Practice. In: CORNER, J. (ed.). *Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1999, p. 1-25.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. In: *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.21, supl.3, p.21-32, 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/03.pdf. Acesso em: 10/3/2014.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1986.

NESBIT, K. (org). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

OLIVEIRA, F. & LIMA JÚNIOR, P. Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira. In: *LASA Congress*, Rio de Janeiro, junho de 2009, p.1-20.

PINHEIRO MACHADO, D. (Org.). *Tipologias e Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea*. Porto Alegre: Marcavisual, 2009.

PORTAS, N. *El surgimiento del proyecto urbano*. Barcelona, 1998. Disponível em: www.estav.upc.es/urbperp. Acesso em: 18/2/2010, p.1-11.

RAINHA, F.; FONSECA, P. Morro da Providência e Porto Maravilha: caminhando entre a realidade e a ilegalidade jurídica. In: *Anais do XV Encontro da ANPUR*. Recife, ANPUR, 2013.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: 2000, v.14, n.4, out./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9754.pdf>. Acesso em: 11/3/2014.

SÁNCHEZ, F. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E. & MALEQUE, M. (orgs.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p.25-41.

SOMEKH, N. Arquitetura e Metrópole: projetos urbanos da Grand Paris. In: *Anais do I ENANPARQ*, 2010. Rio de Janeiro: 2010, v.1, p.1-19. Disponível em: www.anparq.org.br/congresso/index.php/enparq/1enanparq. Acesso em: 10/6/2014.

SPIRN, A. *The Language of Landscape*. Yale University Press, 1998.

TSIOMIS, Yannis. O ensino do projeto urbano entre a crise e a mutação. In: PINHEIRO MACHADO, Denise B. (org.). *Sobre Urbanismo*. Coleção Arquitetura e Cidade. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/PROURB, 2006, p.65-80.

ULTRAMARI, C. *Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos*. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf. Acesso em: 8/4/2009, p.1-20.

WALDHEIM, Charles. *The emergence of Landscape Urbanism*. New York: Princeton Architectural Press, 2006.